

13ª CONVENÇÃO
PARTIDO ECOLOGISTA
OS VERDES
29 E 30 DE MAIO DE 2015
FÓRUM LISBOA

RESPOSTAS ECOLOGISTAS JUNTOS CONSEGUIMOS!



ÍNDICE

- Eleições Legislativas 2015 2
- Abril também é o mês da Mulher 3
- A Água é um direito humano e bem público 4
- Estagiar para desocupar 5
- Ecolojovem - «Os Verdes»
- O que fizemos, Onde estamos
- O que vamos fazer, Onde vamos estar 6,7
- Fiscalidade Verde 8
- Palestina Livre, Fim à agressão, Fim à ocupação 9
- Ecolojovem debate no Porto
- a situação da juventude 10
- A tua voz ecologista 11

RESPOSTAS ECOLOGISTAS, JUNTOS CONSEGUIMOS!

A 13ª Convenção do Partido Ecologista «Os Verdes» vai realizar-se nos próximos dias 29 e 30 de Maio, no Fórum Lisboa, sob o lema
“Respostas Ecologistas – Juntos Conseguimos!”.

É inegável que atravessamos uma altura muito difícil para a vida da generalidade dos jovens, em que há constantes e graves ataques aos nossos direitos, à nossa qualidade de vida e à nossa realização pessoal e colectiva.

Este cenário é fruto das políticas que têm vindo a ser seguidas pelos partidos que se vão alternando no Governo – PS, PSD e CDS-PP – cuja preocupação não é a qualidade de vida dos portugueses, nem um país desenvolvido, justo e sustentável, mas sim o favorecimento de grandes grupos económicos.

Desemprego, emigração forçada, precariedade, pobreza, aumento dos custos com o ensino e a saúde, destruição de serviços públicos essenciais para as populações e aumento dos custos com os transportes são algumas das características das políticas de direita que empobrecem o país.

Perante tudo o que se passa à nossa volta, temos de nos levantar e erguer bem alto a nossa voz, reiterando que não permitimos que nos roubem a nossa dignidade, a nossa alegria de viver e o direito a sermos felizes e sentirmo-nos realizados no nosso país, junto das nossas famílias. Por isso mesmo, o momento é para nos unirmos, para reforçarmos a acção de «Os Verdes» e da Ecolojovem para construirmos um mundo melhor e para mostrarmos que há alternativa a este rumo de destruição e de resignação que nos querem impor.

Essa alternativa pode e deve ganhar mais força na Convenção do PEV que será um grande momento de discussão, de partilha de opiniões e de experiências, e um importante momento de participação e acção da juventude em defesa dos seus direitos e de fortalecimento do projecto ecologista.

**Juntos, contribuiremos para transformar a nossa
Convenção na resposta para a mudança que o país
precisa!**



Eleições Legislativas 2015

É urgente Mobilizar e Agir para a melhoria das condições de vida dos Portugueses



Portugal vive actualmente um dos períodos mais difíceis da sua história democrática, onde a sua soberania está cada vez mais comprometida, resultado de quarenta anos de políticas lesivas dos sucessivos governos PS, PSD e CDS-PP, que contribuíram para que o País tivesse que pedir por três ocasiões ajuda internacional ao FMI e à União Europeia.

O Partido Ecologista «Os Verdes» e a Ecolojovem têm denunciado e lutado contra as medidas de austeridade levadas a cabo pelo Governo PSD/CDS-PP, no âmbito da aplicação do memorando assinado com a Troika (Comissão Europeia, BCE e FMI) e na sequência dos PEC's do PS, visando a destruição da escola pública e do serviço nacional de saúde, a falta de protecção social, o aumento da pobreza, do desemprego, da precariedade laboral e dos salários de miséria que levaram milhares de jovens portugueses a uma emigração forçada, e ainda a privatização de recursos naturais vitais como a água e de sectores estratégicos como a gestão dos resíduos sólidos e os transportes.

O PEV tem apresentado inúmeras iniciativas legislativas na Assembleia da República com vista a combater as desigualdades sociais e o empobrecimento dos portugueses, à valorização do ensino, da saúde e da protecção social e ainda à preservação e valorização do património cultural e dos recursos naturais do País, assumindo assim, um compromisso responsável de ser porta-voz das necessidades e aspirações das populações.

É urgente negociar as condições de pagamento da dívida externa possibilitando uma margem de manobra para investir na produção nacional, a criar riqueza sem delapidar os recursos naturais e aumentar o emprego com direitos e com uma justa remuneração que permita criar as condições, para pagar a dívida externa e combater o maior flagelo social que é o desemprego, a precariedade e o subemprego.

Este ano haverá eleições legislativas, e será uma oportunidade para reforçar o Partido Ecologista «Os Verdes» e a Coligação Democrática Unitária (CDU), bem como abrir caminho para a esperança, alternativa e para uma melhoria efectiva das condições de vida. Será também uma oportunidade de penalizar quem tanto tem prejudicado as populações e o nosso país.

ABRIL também é o mês da Mulher!

A Revolução de Abril trouxe profundas transformações na vida das mulheres portuguesas e abriu portas a muitos e importantes direitos e a uma vida com dignidade.

As mulheres participaram activamente neste processo revolucionário, contribuindo para a eliminação das discriminações e impulsionando uma alteração de mentalidades.

O 25 de Abril de 1974 representou passos gigantescos para a emancipação da mulher, pôs-se fim à subalternização e consagraram-se direitos iguais.

A Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de Abril de 1976, consagrou a igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios, consagrou os direitos das mulheres e a responsabilidade do Estado na eliminação das discriminações e na promoção da igualdade.

41 anos depois da Revolução de Abril e depois de tantas conquistas, as políticas de direita seguidas pelo PS, PSD e CDS são um retrocesso e representam uma perda da qualidade de vida. O actual Governo usou o Memorando da troika, e o pretexto da crise e da dívida, para impor ainda mais ataques aos direitos de todos, sendo que as mulheres sentiram estas dificuldades de forma muito particular.

O Governo tem atacado violentamente os valores de Abril e a Constituição da República Portuguesa. As suas políticas são marcadas por retrocessos sem precedentes e pela retirada de direitos, estando a interromper o processo emancipador das mulheres, agravando as desigualdades e discriminações enquanto trabalhadoras, mães e cidadãs, algo que tem de ser urgentemente travado.

Abril

também é o mês da Mulher!

17 de Abril de 2015 | 6ª feira | 18h00
Sede do PEV, Lisboa

«Os Verdes» debatem a situação da Mulher nos dias de hoje, as conquistas da Revolução de Abril, as injustiças e as desigualdades que persistem, e as propostas e soluções para este problema, com vista a uma sociedade promotora da igualdade e sem discriminação.



41 anos depois do 25 de Abril de 1974, é necessário reforçar e fortalecer os valores e princípios de Abril. É necessário continuar a lutar pelos direitos das mulheres.

Perante este cenário, defender Abril e lutar pelos nossos direitos tem ainda mais significado, razão pela qual «Os Verdes» organizaram um debate intitulado “Abril também é o mês da Mulher!”.

A Ecojovem acredita que este processo de destruição das condições de vida chegará ao fim, e que se abrirá caminho a uma sociedade mais justa, igual e equilibrada, onde as mulheres verão os seus direitos concretizados e revigorados.



A Água é um Direito Humano e Bem Público!

Contra a fusão dos Sistemas Multimunicipais de Águas e Saneamento!



A água é um dos pilares do desenvolvimento mais ambicionados pelo sector privado. Por ser imprescindível à vida e às mais diversas actividades económicas, deter o controlo deste recurso natural fundamental é, para o sector privado, usufruir de um dos mais vastos poderes, com repercussão em dimensões tão relevantes para o desenvolvimento como a social, ambiental, económica e de gestão territorial.

Ambicionando lucros garantidos, em Portugal o sector económico tem batido recorrentemente à porta de um poder político subserviente, com o intuito de ir gerando domínio sobre o sector da água. Esse poder político, em Governos que alternaram entre o PS e o PSD e também com o CDS, foi, sobretudo desde a década de 90 do século passado, abrindo progressivamente a porta à vontade dos privados. De um direito fundamental (assim expressamente reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução A/RES/64/292) os sucessivos Governos foram transferindo esse estatuto para o plano da mercantilização.

Na actual legislatura, temos assistido a declarações muito inquietantes por parte do Governo sobre a privatização da Água, nomeadamente do Ministro do Ambiente que tem vindo ultimamente a afirmar que este Governo não privatizará a Águas de Portugal, preparando, entretanto, uma reestruturação deste sector que funde sistemas e aumenta o preço da água para a generalidade dos consumidores, retirando dimensão interventiva às autarquias. É o caminho da privatização que o Governo diz que não fará agora, mas que vem escancarar por completo as portas a essa mesma privatização.

Na reunião do Conselho de Ministros de 9 de Abril, foi aprovada a criação de três sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento - do Norte de Portugal, do Centro Litoral de Portugal, e de Lisboa e Vale do Tejo.

Para a Ecolojovem - «Os Verdes» esta estratégia vem retirar por completo aos municípios a capacidade que hoje detêm por direito próprio, de intervenção directa na gestão das infra-estruturas dos actuais sistema multimunicipais, que constituiu e constitui um pressuposto determinante da sua adesão aos mesmos, além de que se afasta por completo do que os municípios entendem dever ser adoptado nesta área, no sentido de uma participação determinante e mais directa destes na gestão do sistema, com medidas para as quais estes estão dispostos a contribuir.

Os Jovens Ecologistas consideram também que esta reestruturação representa um modelo de governação dos serviços que deixa antever ameaças à natureza e à prestação de um serviço público ao serviço das populações, do desenvolvimento dos concelhos, das regiões e do País, aliado ainda a um acentuado e injusto aumento de tarifas, sendo que, à semelhança de outras

más reestruturações de serviços públicos, que este Governo tem encetado, este processo tem sido uma estratégia totalmente desenvolvida à margem e contra a vontade dos municípios. Os mesmos municípios que desempenharam um papel determinante no processo de infraestruturização do país nos domínios das águas e saneamento, contribuindo de forma notória para o desenvolvimento territorial e socioeconómico através da melhoria contínua dos sistemas e da gestão e conservação das redes, pelo que a presente estratégia se traduz numa clara e inaceitável expropriação aos municípios, que se irá revelar profundamente lesiva para as populações.

A Ecolojovem - «Os Verdes» considera que este é todo um processo, eixo de um caminho há muito idealizado, que não serve as populações e muito menos o país (quer seja ao nível social, económico, ou financeiro), sendo que o sector da água (abastecimento e saneamento), dada a sua vital importância para as populações e para o país, deveria receber do Estado um apoio no investimento e no sentido de garantir o igual acesso de todos a estes serviços, representando por isso um sector que não poderá, nunca, ser elitizado ou objecto de concessões ou privatizações que criarão ainda mais agravadas desigualdades sociais, hoje já existentes fruto da actual situação que o país atravessa.

Defendemos que a água e o saneamento são um Direito Humano Fundamental, consagrado pelas Nações Unidas, constituem serviços públicos essenciais a que todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e localização geográfica devem ter acesso, motivo pelo qual se devem manter a sua gestão pública, assegurada por empresas de natureza pública e cuja actuação seja pautada por princípios de igualdade, justiça, solidariedade, coesão social e territorial e sustentabilidade ambiental.

Como tal, os Jovens Ecologistas rejeitam frontal e totalmente o processo de reestruturação do sector das águas e dos resíduos, encetado pelo actual Governo PSD/CDS, pois consideram que é o último passo para a privatização de um Direito Humano Fundamental.





Estagiar para desocupar... a base de dados do IEFP

O Governo PSD/CDS-PP, ávido em malabarismo e falácias sociais, está a desvirtualizar o objetivo dos estágios profissionais (até aos 30 anos) no âmbito do IEFP, que deveriam ter um papel crucial para a integração dos mais jovens no mercado de trabalho após a sua formação ou estudos académicos, tornando-os cada vez mais numa almofada ocupacional e precária de forma a reduzir a taxa de desemprego e a omitir o verdadeiro drama em que vive a maioria da nossa população, sobretudo os mais jovens.

Na ótica deste governo, a bolsa de estágio não passa de um salário temporário, financiado por fundos comunitários, a uma entidade privada com ou sem fins lucrativos, fomentando a rotatividade e por conseguinte, a precariedade e a instabilidade, ou seja uma política de incentivo à mão-de-obra barata e descartável. O estágio é perspetivado em função dos interesses da entidade “promotora” para colmatar uma necessidade imediata a baixo custo e não a do próprio estagiário, de forma a solidificar os conhecimentos e garantir trabalho estável para o futuro.

Este “boom” de estágios com o objetivo de reduzir os números do desemprego por um lado, e a falta de funcionários do IEFP, por outro, torna a monitorização e a fiscalização praticamente

inexistente, expondo os estagiários à manipulação de alguns “promotores”, por exemplo desempenhando funções diferentes do âmbito do estágio, atrasos e alteração das bolsas, falta de acompanhamento do promotor, entre outras situações lesivas para os estagiários.

Hoje o valor da bolsa mensal, nível 5, corresponde apenas a 58% daquela a que o estagiário teria direito em 2005 (duas vezes o salário mínimo): primeiro foi reduzida pelo anterior governo PS, para 1,5 IAS (419,22€), com a justificação que aumentaria a duração (12 meses), permitindo o acesso ao subsídio de desemprego, em caso de necessidade, agora foi novamente reduzida pelo PSD/CDS-PP quer no valor (1,4 IAS), quer na duração (9 meses), de forma a limitar o direito ao subsídio de desemprego.

Após este “sucesso” ocupacional o governo criou uma nova medida de estágios para pessoas com mais de 30 anos, designada de “Reativar” com a duração de 6 meses abrangendo desempregados de longa duração, também com a mesma finalidade de manipular a taxa de desemprego e fomentar a precariedade. A Ecolojovem reafirma que este não é o caminho a seguir. As políticas de precariedade, só fomentam a instabilidade e promovem os baixos salários. Não são compatíveis com a qualidade de vida das pessoas, muito menos com a emancipação dos jovens impedindo a realização dos seus sonhos e aspirações.





Ecolojovem - «Os Verdes»

O que fizemos, Onde estamos
O que vamos fazer, Onde vamos estar

Jornadas Ecologistas percorrem o país de Norte a Sul

Nos últimos meses, o Partido Ecologista «Os Verdes» tem estado a realizar Jornadas Ecologistas por todo o país, onde têm participado vários membros da Ecolojovem.

Com estas jornadas pretendemos, por um lado, assinalar problemas ambientais, económicos, sociais, culturais e outros, que põem em causa o desenvolvimento do país, das regiões e a qualidade de vida das populações e, por outro lado, pretendemos igualmente assinalar situações e intervenções que consideramos positivas e que merecem, por isso, ser reconhecidas e valorizadas.

Para assinalar as situações negativas foram atribuídos girassóis cor-de-laranja e tristes e para assinalar as situações positivas foram atribuídos girassóis verdes e contentes.

Por todo o país tem sido possível ver o resultado das políticas de destruição e empobrecimento dos sucessivos governos PS, PSD e CDS-PP ao longo dos anos: problemas nas escolas, na saúde, problemas ambientais, serviços públicos encerrados, destruição da produção nacional e dos transportes, património destruído, e muitos, muitos outros. Tudo isto enquanto estes mesmos partidos políticos favorecem grandes grupos económicos, em detrimento dos direitos mais básicos dos portugueses.

Com estas Jornadas, «Os Verdes» têm sinalizado inúmeros problemas que afectam o dia-a-dia das pessoas e que comprometem o desenvolvimento sustentável das regiões e têm reivindicado a sua urgente resolução.

Além disso, a intervenção de determinadas entidades e situações que se destacam de forma positiva, têm sido alvo de reconhecimento pois, num contexto em que nos querem impor desalento e ainda mais dificuldades, fazendo crer que não há alternativa, importa dar a conhecer realidades que nos mostram que há alternativa e que é sempre possível lutar pelos nossos direitos e por melhores condições de vida.



Encontro de Autarcas e Activistas Verdes

No passado dia 14 de Março no Porto, teve lugar o 4º Encontro de Autarcas e Activistas Verdes. Beatriz Goulart que interveio no encontro em nome da Ecolojovem - «Os Verdes», abordou temáticas que preocupam a juventude actual como a falta de trabalho digno, a falta de condições e a degradação do Serviço Nacional de Saúde com vista à privatização de um serviço de primeira necessidade e consagrado na Constituição da República Portuguesa. É inacreditável a forma como direitos básicos, como o caso da saúde, conquistados há quatro décadas com o 25 de Abril podem ser desrespeitados e ter tantas barreiras à sua plena fruição. É, então, necessário “acordar” os jovens para esta afronta aos seus direitos que compromete não só o seu presente como o seu futuro.

O papel da Ecolojovem torna-se então, necessário na defesa de interesses dos jovens e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

É igualmente papel da Ecolojovem estimular todos os jovens que integra para uma cidadania activa e uma participação política. No entanto, importa esclarecer que a participação política não se esgota em campanhas e atos eleitorais e que existem mais formas de participação política além das juventudes partidárias, como são exemplo os movimentos associativos.

Os jovens deparam-se hoje com uma taxa de desemprego que atinge os 40%. Todos os anos o Orçamento de Estado apresenta menos investimento e, conseqüentemente, maiores cortes em áreas directamente relacionadas com a juventude, como a saúde, a educação, a mobilidade e a cultura, que são direitos humanos consagrados na Carta Universal dos Direitos Humanos.

Graças a estes desinvestimentos, com conseqüências claras e notáveis, muitos jovens vêm-se na obrigação de emigrar em busca de melhores condições de vida. O que também contribui para conseqüências na economia, uma vez que foi o estado português a investir na educação destes jovens que vão, depois, contribuir noutros países, fazendo com que o estado português não seja recompensado pelo investimento feito. Para além disso, os jovens são obrigados a deixar para trás, família, amigos, conforto e apoios por um país com pessoas, culturas e hábitos que desconhecem.

Deste modo, torna-se necessário fortalecer e reforçar a participação dos jovens e da Ecolojovem como forma de luta pelos direitos da juventude.

Reafirmamos que a Ecolojovem tem um papel importante na participação política a nível nacional e local e luta por um poder local democrático, sendo um veículo importante dos ecologistas na defesa dos assuntos da juventude.





Ecolojovem acampou em Beja para assinalar “As portas que Abril abriu à Ecologia”

No final de Agosto do ano passado, os jovens ecologistas acamparam em Beja sob o lema “As portas que Abril abriu à Ecologia”, comemorando os 40 anos do 25 de Abril e o 25º aniversário da Ecolojovem através de caminhadas, tertúlias, acções de rua, visitas, jogos, workshops e outras iniciativas.

Neste acampamento debatemos e reflectimos a importância da Revolução de Abril, as suas conquistas e as alterações e progressos que trouxe à nossa sociedade, assim como a importância dos valores e dos princípios ecologistas.

Comemorámos também os 25 anos da Ecolojovem, destacando as lutas e acções ao longo dos anos em defesa de uma sociedade justa, equilibrada e sustentável, onde seja possível concretizar os direitos e aspirações juvenis.



Acampamento pela paz 2015

Este ano a Plataforma 40x25, está novamente a organizar um Acampamento pela Paz, no último fim-de-semana de Julho, dias 24, 25 e 26, nas piscinas de Évora.

Esta Plataforma, que a Ecolojovem integra, foi criada no âmbito do 40º aniversário da Revolução de Abril e pretende unir forças para defender o direito dos jovens à educação, ao trabalho, à habitação, à cultura, ao desporto, ao ambiente sadio, entre outros direitos que a nossa Constituição proclama.

O Acampamento pela Paz será um momento de união da juventude sob os valores da paz e da amizade. Haverá momentos culturais, desportivos, debates de temáticas relevantes como a importância dos valores de Abril, a luta anti-imperialista e o fim dos conflitos armados, bem como workshops.

Será, ainda, um momento de convívio com a possibilidade de conhecer jovens com diferentes opiniões e experiências, proporcionando um enriquecimento de conhecimento e experiência pessoal.

Junta-te à Ecolojovem e às restantes organizações que participam neste Acampamento para defender a Paz e para comemorar Abril! Porque comemorar Abril é construir um futuro melhor para todos!





Fiscalidade Verde



O Governo PSD/CDS propôs para 2015 uma nova “reforma” a que deu o nome de “Fiscalidade Verde”. Quando analisada cuidadosamente, a Fiscalidade Verde tem os seus benefícios ecológicos, no entanto, quando analisada de um ponto de vista social e prático, a Fiscalidade Verde serve na verdade para pôr o Ambiente ao serviço do capitalismo.

Quase todas as 59 medidas que o Governo pretende começar a implementar a partir de 2015 são medidas que, na teoria, fazem sentido, estimulam a redução da exploração dos recursos naturais e sensibilizam para diversos fatores que atacam o meio ambiente. No entanto, estas práticas são práticas que apenas podem ser aplicadas em países que tenham um contexto social e económico bastante diferente de Portugal. Com o contexto social e económico que Portugal apresenta, neste momento, estas medidas são tudo menos ecológicas, sendo apenas mais uma forma de receita para o Estado. Passemos então à análise de algumas medidas:

1.

Uma das medidas que o Governo decidiu adotar foi o pagamento de 10 cêntimos por cada saco de plástico nos supermercados. Será que os sacos serão como os sacos de algumas cadeias de supermercados que já custam 2 cêntimos e chegam a casa rotos com o peso das compras?

2.

“Desencorajar o recurso aos aterros através do aumento da taxa aplicada à tonelada do material depositado”. Esta é uma medida que se irá refletir na conta da água ao final do mês, uma vez que se a taxa for aplicada será aplicada à empresa que recolhe e deposita os resíduos nos aterros, fazendo com que essas empresas exijam mais dinheiro na fatura pelo serviço que prestam, cobrando mais a quem despeja tudo no lixo comum que vai para o aterro, bem como a quem não produz qualquer lixo para aterro, ou seja, supondo uma divisão homogênea de produção de lixo pela população.

3.

A taxa do carbono, uma forma do Governo gerar mais receita sem dar opções a quem não as tem. Uma medida que funciona de forma exemplar para aquilo que aqui se pretende demonstrar. É uma ideia excelente do ponto de vista ecológico, no entanto, se pensarmos sobre as restantes opções, veremos que não é exequível. Comprar um carro elétrico com esta economia, com o pequeno mercado que existe em Portugal e sem locais próprios para o abastecimento do carro; utilizar transportes públicos com a falta de qualidade que existe ou a falta de condições, ou em locais onde os transportes públicos não existem, ou são escassos; utilizar uma bicicleta quando chove, quando não existem ciclovias, ou locais apropriados para a utilização deste meio de transporte.

É então possível verificar, que algumas das medidas impostas pelo Governo com começo em 2015, são boas práticas, como o incentivo ao abate de carros em final de vida, no entanto, é de frisar que estas medidas servem na sua grande maioria para fazer aumentar a receita do estado utilizando o Ambiente como “escudo de proteção” para algumas medidas que não influenciam as grandes indústrias ou empresas, os principais responsáveis pela poluição em Portugal, mas sim as pessoas.

E isto é uma medida que a Ecolojovem e «Os Verdes» condenam: colocar o Ambiente ao serviço do capitalismo.

PALESTINA LIVRE!

FIM À AGRESSÃO! FIM À OCUPAÇÃO!

Palestina Livre! Fim à Agressão! Fim à Ocupação!

Intervenção de Cláudia Madeira, **Ecolojovem - «Os Verdes»** no acto público

Em nome da Ecolojovem - «Os Verdes» agradeço e saúdo todos os que estão mobilizados para a causa do povo palestino e que se associaram a este acto público de solidariedade com a Palestina e de denúncia da agressão e ocupação israelita.

Há décadas que o povo palestino tem vindo a ser trucidado por Israel, que tem imposto colonatos e mantido reféns centenas de milhares de palestinos com o objectivo de domínio, colonização e controlo da exploração dos recursos naturais, particularmente dos recursos hídricos, violando os mais elementares direitos humanos.

É nosso dever denunciar e condenar mais este massacre, esta criminosa agressão de Israel à população palestina da Faixa de Gaza que não tem poupado escolas, hospitais, instalações da ONU, habitações e inúmeras infra-estruturas básicas, essenciais à garantia das condições de vida da população e que já provocou a morte de cerca de 2000 palestinos e mais de 9000 feridos, incluindo milhares de crianças.

Estamos aqui para denunciar que as acções do Estado de Israel são ilegais. Estamos perante um genocídio, um crime contra a humanidade que não pode continuar impune e a ser apadrinhado por outros Estados, como os Estados Unidos da América e com a conivência da União Europeia.

Não podemos deixar silenciar estes crimes!

É também preciso dizer que mesmo com o cessar-fogo e mesmo que Israel venha a pôr termo à sua operação militar, isso não representa o fim da ocupação e da opressão do povo palestino.

É necessário, é urgente uma resolução justa deste conflito, e isso passa, forçosamente, pelo reconhecimento do Estado da Palestina, pela retirada de Israel de todos os territórios ocupados e pelo fim completo e imediato do bloqueio à Faixa de Gaza. Consideramos inadmissível que o Governo português não cumpra com os princípios da Constituição da República Portuguesa, que não condene a agressão israelita e que não exija a aplicação das resoluções da ONU.

O Governo português não pode ficar indiferente perante este massacre!

2014 foi o Ano da Solidariedade com a Palestina e apelamos a todos que se mobilizem a favor desta causa tão justa, por uma Palestina livre, independente e soberana!

Reafirmamos a nossa solidariedade com a luta legítima do povo palestino!

Não deixaremos de lutar até que a Palestina seja livre.

A Palestina existe!

A Palestina resiste!

A Palestina vencerá!

7 de Agosto de 2014 –

frente à Embaixada de Israel, em Lisboa





Ecolojovem debateu no Porto a situação da juventude e delineou acção futura

A Ecolojovem - «Os Verdes» promoveu um encontro no Porto, no dia 11 de Abril, para analisar a situação actual da juventude, que continua a ser alvo de inúmeros ataques no que diz respeito ao ensino, ao trabalho, ao direito a emancipar-se e a constituir família.

A maioria PSD/CDS, apesar de querer enganar os portugueses com ilusórias melhorias da qualidade de vida, continua empenhada naquele que foi sempre o seu objectivo: desresponsabilizar-se das suas funções, privatizar bens e serviços essenciais e privilegiar os grandes grupos económicos enquanto continua a depauperar a generalidade dos portugueses.

Da discussão feita neste encontro destacamos os seguintes pontos:

Passagem Jovem

Perante tantas dificuldades que as famílias sentem actualmente, «Os Verdes» apresentaram um Projecto Lei no sentido da criação de um Passe Jovem, abrangendo todas as crianças e jovens até aos 25 anos, constituindo uma alternativa a outros títulos de transporte já existentes. Este passe seria um incentivo que traria ganhos sociais e ambientais para o país muito relevantes e que não deveriam ser minorizados.

Esta proposta foi rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS e com a abstenção do PS.

A Ecolojovem considera que este é mais um exemplo do que se pode contar por parte destes partidos, que não estão minimamente empenhados em melhorar as condições de vida dos jovens.

Municipalização da Educação

Este processo, iniciado pelo Governo com o maior secretismo, baseia-se na transferência de competências do estado central para os municípios, sem haver uma transferência dos respectivos recursos financeiros.

Toda esta situação está a criar grande instabilidade nas escolas e a Ecolojovem considera que a universalidade da Educação nos acessos e nos princípios constitucionais e nacionais está a ser posta em causa com a municipalização, situação que é completamente inaceitável.

Neste encontro, que contou com jovens de várias regiões do país, também foram delineadas algumas acções futuras da Ecolojovem, onde a participação dos jovens ecologistas é fundamental para pôr fim à austeridade e à perda de qualidade de vida que nos têm sido impostas e para traçar o caminho da alternativa necessária, para que todos nós tenhamos uma vida melhor:

13ª Convenção do Partido Ecologista «Os Verdes»

que se vai realizar no Fórum Lisboa, nos dias 29 e 30 de Maio, sob o lema “Respostas Ecologistas, Juntos Conseguimos!”.

A Convenção do PEV será um grande momento de discussão, de partilha de opiniões e de experiências, e um importante momento de participação e acção da juventude em defesa dos seus direitos e de fortalecimento do projecto ecologista.

Acampamento da Paz

Este ano a Plataforma 40x25, que a Ecolojovem integra e que foi criada no âmbito do 40º aniversário da Revolução de Abril, está novamente a organizar um Acampamento pela Paz, de 24 a 26 de Julho, nas Piscinas de Évora.

Acampamento da Ecolojovem

O Acampamento ficou marcado para os dias de 26 a 30 de Agosto, e será, à semelhança dos anteriores, um grande momento de convívio, de debate e de partilha de conhecimentos e de experiências por parte dos jovens ecologistas.

Eleições Legislativas

A Ecolojovem está desde já empenhada na mobilização e no esclarecimento dos jovens, para que estas eleições sejam uma oportunidade para reforçar a CDU e o projecto ecologista e para penalizar aqueles que nos últimos anos têm arruinado a vida de muitos jovens, que se vêem impedidos de realizar os seus sonhos e aspirações



A tua voz **ecologista**

Ler um texto é tantas vezes hoje em dia uma seca para nós mais jovens. Habitados a “passar os olhos” pelas redes sociais, as fotos, os vídeos, e a espreitar as “gordas” dos jornais na internet, lemos cada vez menos de forma atenta, pesquisamos cada vez menos consumindo a informação que nos vai sendo como que impingida.

Não sou eu exceção à regra, mas fruto da minha maneira de ser sempre tenho sentido a necessidade de colmatar essa minha falha na aquisição de sabedoria através dos livros, cultivando por gosto e mesmo necessidade de realização pessoal a proximidade dos mais velhos, possuidores esses também de uma enorme sabedoria daquela que tantas vezes não consta nos livros. Foi ao lado deles que cedo comecei a trabalhar no campo ainda nas férias de verão, naquele que é muito mais do que um local de trabalho mas também uma fonte de troca de experiências, de educação cultural e cívica. São eles tantas vezes os livros uns dos outros e dos mais novos que a eles cada vez em menor quantidade se vão juntando para trabalhar e para crescer.

Foram os mais velhos que construíram o Concelho onde vivo, o Pavilhão, o Centro de Saúde, o Clube da minha terra, a Escola Primária, ..., foram eles que nos trouxeram até onde estamos agora na expectativa de melhorar as suas condições de vida, mas também de construir um futuro melhor para as gerações seguintes. Numa altura em que é posto em causa o nosso futuro, mas também o presente dos homens e mulheres que tanto lutaram e lutam por um País melhor para vivermos, não podemos nós abandoná-los. Não podemos deixar de estar na linha da frente na defesa dessas gerações que construíram tantas

coisas boas neste País, defendendo conquistas importantes que todos os dias nos tentam retirar, demonstrando que temos uma “força de esperança e de mudança” capaz de mudar estas políticas que só servem os interesses de alguns.

Como inspiração basta olharmos para nós, para o nosso partido e constatarmos como é possível fazer um bom trabalho ao serviço das populações. Tomemos como exemplo Luís Nascimento, Fernanda Pézinho, Rui Lopo, André Martins, Sónia Colaço e Francisco Madeira Lopes, que com um trabalho realizado de grande qualidade ao serviço dos Concelhos nos quais estão eleitos como vereadores, demonstram no seu dia-a-dia a importância dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes» na construção de um País melhor.

E se comecei por dizer que não temos grande paciência para grandes leituras, deixava o desafio a cada um de nós de pesquisarmos um pouco sobre cada uma destas pessoas e tentarmos perceber o trabalho que têm desenvolvido nas várias áreas as quais estão ligados, desde o urbanismo, ambiente, mobilidade, entre outros. Pois só seguindo e tendo consciência do trabalho que é realizado pelos nossos eleitos, podemos também nós desempenhar um melhor trabalho de transmissão de uma mensagem de mudança nos locais onde estamos presentes, seja na escola, no trabalho, etc.

Muita coisa mudou na maneira de estar das várias gerações de jovens ao longo dos últimos 40 anos, mas a aprendizagem, as experiências e vivências das gerações anteriores são um legado importantíssimo para a construção do Futuro. Por tudo isto não podemos deixar de estar todos os dias ao lado dessas fontes de experiência e sabedoria, participando assim activamente na construção dos “caminhos ecologistas” pelos quais é necessário enveredar.

Tiago Aldeias, membro do colectivo de Setúbal.

AGENDA ECOLOJOVEM

29 e 30 de Maio

XIII Convenção do Partido Ecologista “Os Verdes”

6 de Junho

Marcha Internacional da CDU

24 a 26 de Julho

Acampamento pela Paz

26 a 30 de Agosto

Acampamento da Ecojojovem “Os Verdes”

O País já não aguenta!

ALTERNATIVA ECOLOGISTA PEV  osverdes.pt
JUNTOS CONSEGUIMOS!

LEGISLATIVAS 2015



PCP-PEV



Queres ver o teu texto publicado
no próximo EcoBoletim?
Envia para: ecolojovem@osverdes.pt

Consulta este e outros
EcoBoletins em
www.osverdes.pt

Na área da Educação e Juventude, o Grupo Parlamentar do Partido Ecológico “Os Verdes” apresentou na actual legislatura:

Perguntas ao Governo sobre:

- Falta de condições na Escola Secundária de Castro Verde
- Falta de técnicos de intervenção local na Escola Secundária Marquesa de Alorna - Almeirim
- Falta de condições na Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Freiria, no Concelho de Torres Vedras
- Verbas do POPH e atrasos salariais na escola profissional Beira Aguieira
- Salários em atraso na escola profissional Beira Aguieira Mortágua
- Novos programas e metas para o ensino secundário
- Pavilhão gimnodesportivo da escola secundária da Baixa da Banheira
- Contratos Emprego-Inserção nas Escolas Públicas
- Transporte escolar na Escola Secundária de Santa Maria da Feira
- Falta de Professores no Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva em Casal de Cambra, Concelho de Sintra
- Falta de Auxiliares na Escola Básica e Secundária Amélia Rey Colaço, Linda-a-Velha, Oeiras
- Condições da Escola EB23 e Secundária de Oliveira de Frades para acolher alunos do 1º Ciclo
- Escola Básica Integrada com Jardim de Infância do Parque das Nações
- Escola Secundária de Santa Maria da Feira
- Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância Aprígio Gomes, na Amadora
- Escola Secundária Artística António Arroio, em Lisboa
- Eventual encerramento da Colónia de Férias da Torreira, município da Murtosa
- CNIPE
- Docência de psicologia
- Encerramento de escolas do 1º Ciclo e do Pré-Escolar

Projectos de Lei e Resolução

- Projeto de Lei 858/XII - Reintroduz o regime do passe 4-18 e do passe sub-23 a todas as crianças e jovens estudantes
- Projeto de Lei 857/XII - Estipula que nenhuma criança fica privada de médico de família
- Projeto de Lei 856/XII - Estabelece a gratuidade e a desmaterialização dos manuais escolares
- Projeto de Lei 855/XII - Cria o passe jovem
- Projeto de Lei 759/XII - Revoga a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC)
- Projeto de Lei 754/XII - Alarga as Famílias com Capacidade de Adoção, alterando a Lei nº 9/2010, de 31 de maio e a Lei 7/2001, de 11 de maio
- Projeto de Lei 669/XII - Estipula o número máximo de alunos por turma
- Projeto de Lei 602/XII - Altera a Lei nº 47/2006, de 28 de agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares.
- Projeto de Resolução 1268/XII - Regularização de pagamentos às escolas de ensino artístico especializado
- Projeto de Resolução 1180/XII - Recomenda ao Governo a conclusão da 2ª fase da Escola Básica Integrada 1/2/3 com Jardim de Infância Parque das Nações, em Lisboa
- Projeto de Resolução 1085/XII - Sobre a elaboração do Programa Nacional de Educação para a sustentabilidade.
- Projeto de Resolução 1070/XII - Princípios orientadores para a garantia de índices de fecundidade e de natalidade desejados.
- Projeto de Resolução nº 866/XII - Estabelece a progressiva gratuidade do Ensino Superior Público.
- Projeto de Resolução nº 810/XII - Pela continuação do festival internacional de teatro de expressão Ibérica - FITEI.

ECOLJOVEM
OS VERDES

Av. D. Carlos I- nº 146 - 1º Dto.
1200-651 Lisboa
Tel: 213 960 308
Fax: 213 960 424
Email: ecolojovem@osverdes.pt
Site: www.osverdes.pt
Blogue: ecolojovem.blogspot.pt

- Desejo aderir à EcoJovem “Os Verdes”
- Desejo participar em iniciativas de “Os Verdes” / EcoJovem “Os Verdes”
- Desejo receber regularmente a folha informativa de “Os Verdes”
- Desejo receber regularmente o Eco-Boletim - “Os Verdes”

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Localidade _____

Data de Nascimento _____ Telef _____

Email _____

Preencher em letras maiúsculas e enviar para a nossa sede nacional. Os dados serão sigilosamente processados.